

## Questão Discursiva 02931

Um candidato a Presidente da República, em discurso durante a campanha eleitoral, fez as proposições a seguir para seus eleitores:

i. que iria revogar imediatamente uma medida provisória nociva ao interesse público, que foi editada em 10 de setembro de 2001, antes, portanto, da promulgação da Emenda Constitucional nº 32/01 (que até hoje não foi apreciada pelo Congresso Nacional);

ii. que iria editar medida provisória para modificar alguns artigos da Lei nº 6.815/80, mais especificamente aqueles que tratam da naturalização do estrangeiro residente no Brasil, bem como fixar novas regras processuais da Lei nº 8.078/90, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor.

A partir da hipótese apresentada, com base nas regras do processo legislativo brasileiro, responda aos itens a seguir.

A) É constitucionalmente possível revogar uma Medida Provisória que tenha sido editada há vários anos e que ainda não tenha sido objeto de apreciação pelo Congresso Nacional, ou seja, não tenha sido rejeitada, nem convertida em lei, tal qual consta na primeira proposição feita pelo candidato? Justifique.

B) A segunda proposição feita pelo candidato no sentido de editar Medida Provisória com o intuito de regular a naturalização do estrangeiro residente no Brasil, bem como fixar novas regras processuais do Código de Defesa do Consumidor encontra amparo constitucional? Justifique.

### Resposta #002585

Por: Luísa 1 de Abril de 2017 às 22:02

A) É constitucionalmente possível revogar a Medida Provisória (MP) no caso em apreço, porque o art. 2º da Emenda Constitucional nº 32/2001 permite que todas as MPs editadas até a data de sua promulgação devam continuar em vigor até que sejam revogadas por outra MP ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional. Permite, portanto, que a MP perca eficácia em razão da edição de nova MP que expressamente a revogue.

B) A segunda proposição feita pelo candidato não encontra amparo constitucional, já que o art. 53, § 1º, I, a e b, da Constituição, proíbe a edição de medidas provisórias que tratem de nacionalidade e de direito processual civil.